

do disposto no artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º 80/2007 de 30 de Julho:

1 — É renovada a comissão de serviço da Subinspectora-geral da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, licenciada Mafalda Margarida Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt Brigham Gomes.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 27 de Setembro de 2007.

4 de Fevereiro de 2008. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

## ANEXO

### Nota curricular

#### Dados Pessoais

Nome: Mafalda Margarida Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt Brigham Gomes

Data de Nascimento: 1 de Setembro de 1972

Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira, Lisboa

#### Habilitações Académicas

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa — Universidade Clássica, com a média final de 13 valores.

Curso de Pós-Graduação na área de Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito de Lisboa — Universidade Clássica.

#### Categoria Profissional

Especialista Superior de nível 4 da carreira de Especialista Superior do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, tendo ingressado naqueles Quadros de Pessoal em Setembro de 2000.

#### Experiência Profissional

De 2004 até à presente data — Subinspectora-Geral da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

De Setembro de 2003 a Setembro de 2004 — Chefe de Núcleo de Administração de Pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

De Outubro de 2000 a Abril de 2002 — Exercício de funções, no âmbito da sua especialidade, equiparadas às de adjunto, no Gabinete de SS. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna.

De Setembro de 1997 a Dezembro de 1998 — Desempenho de funções equiparadas a Técnico Superior de 2ª classe, em regime de contrato de trabalho a termo certo, na Direcção-Geral do Património, Ministério das Finanças.

De Dezembro de 1996 a Setembro de 1997 — Advogada do Contencioso do Hospital de Curry Cabral.

#### Formação

Frequência de diversos cursos, seminários e acções de formação, designadamente no âmbito do Direito Administrativo, Função Pública, SIADAP, Estatuto do Pessoal Dirigente e Emprego e do Seminário de Alta Direcção do INA.

#### Outras actividades

De Janeiro de 2001 a Abril de 2002 — Representante, indicada por despacho, de SS. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, na Comissão Nacional da Família.

Entre Abril de 2002 e Setembro de 2004 — Participação em diversos júris de concurso de pessoal.

### Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

#### Despacho n.º 4479/2008

1 — No uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 10847/2005 (2.ª série), de 28 de Abril de 2005, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 13 de Maio de 2005 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 213/2007, de 29 de Maio, nomeio, como presidente da comissão de fiscalização do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), o doutor Mário Nunes Gomes Bairrada, como vogais da comissão de fiscalização do IEFP, I.P., em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública o licenciado Mário Alberto Duarte Donas, em representação do Ministério do

Trabalho e da Solidariedade Social, o licenciado Paulo Henrique Serpa Marques Anastácio, em representação das confederações sindicais, a licenciada Catarina Machado Morais de Oliveira e em representação das confederações patronais o licenciado António José de Moraes Sarmiento Ramalho.

2 — As presentes nomeações produzem efeitos desde 1 de Junho de 2007, com excepção da nomeação respeitante ao representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social que produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2008, sendo os respectivos mandatos de três anos.

15 de Janeiro de 2008. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

#### Despacho n.º 4480/2008

1 — Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonerar, a seu pedido, o licenciado Paulo Henrique Serpa Marques Anastácio, das funções de adjunto do meu Gabinete.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

5 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

#### Louvor n.º 71/2008

Louvo Paulo Henrique Serpa Marques Anastácio pelo inextinguível empenho, dedicação, competência, rigor e disponibilidade com que desempenhou as funções de adjunto do meu Gabinete. No desempenho da missão que lhe foi confiada demonstrou possuir elevadas qualidades pessoais e profissionais, relevando ainda a lealdade e a responsabilidade demonstradas, sendo inteiramente merecedor da confiança nele depositada e tendo sabido granjear a estima e consideração de todos com quem trabalhou. De tudo isso é de inteira justiça dar público testemunho através do presente louvor.

5 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*.

### Autoridade para as Condições de Trabalho

#### Despacho n.º 4481/2008

Considerando que nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, pode ser concedida aos funcionários e agentes do Estado e demais pessoas colectivas de direito público, a equiparação a bolseiro no País, quando se proponham realizar programas de trabalho e estudo ou frequentar cursos ou estágios de reconhecido interesse público.

Considerando que a funcionária, Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa, Inspectora Superior Principal, a exercer funções no Centro Local do Lis desta Autoridade para as Condições do Trabalho, está inscrita no mestrado “Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo” da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa e se propõe apresentar no âmbito do mesmo, a dissertação com o tema “*Condições de Trabalho e de Segurança Higiene e saúde no Trabalho dos Imigrantes em Portugal: Estudo de um caso*”.

Considerando o requerimento da interessada, o interesse dos serviços, o parecer emitido pela respectiva unidade orgânica, e o interesse de que se reveste o referido mestrado.

Ao abrigo das disposições do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto e no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 17377/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, determino o seguinte:

1 — É concedida a equiparação a bolseiro à Inspectora Superior Principal, Rosália Maria Lopes de Jesus Rosa, até 31 de Julho de 2008, com produção imediata de efeitos;

2 — A concessão da equiparação a bolseiro é feita sob a modalidade de dispensa temporária parcial do exercício das funções, durante dois dias por semana;

3 — Após o termo do período de equiparação a bolseiro deve a funcionária, no prazo de 60 dias, apresentar um relatório detalhado da actividade desenvolvida, assim como toda a documentação que lhe serviu de fundamento.

21 de Janeiro de 2008. — O Inspector-Geral do Trabalho, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.